

Prêmio Innovare anuncia dois vencedores e finalistas de 2022

20/10/2022

Os vencedores da 19ª edição do Prêmio Innovare já são conhecidos. Os premiados são o **Destaque Doe um Futuro**, que é de autoria do juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (RJ), e a prática **Fórum Digital**, do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), que foi a escolhida na Categoria CNJ/Inovação e Acesso à Justiça.



A Comissão Julgadora do Innovare também escolheu outras 12

iniciativas finalistas nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania. O anúncio das escolhidas como premiadas e menções honrosas nestas categorias será feito no início de dezembro, em cerimônia no Supremo Tribunal Federal, em data a ser divulgada.

O Rio Grande do Sul concorre em três categorias; Bahia e Goiás, em duas cada um; e o Rio de Janeiro, que já ganhou o Prêmio Destaque, concorre também na Categoria Justiça e Cidadania. Os outros estados entre os finalistas são Minas Gerais (TJ-MG), Pará (DPE-PA), Roraima e São Paulo.

Conheça as práticas premiadas e finalistas da 19ª edição do Prêmio Innovare, em 2022:

Vencedora da Categoria CNJ/Inovação e Acesso à Justiça

Prática Fórum Digital — Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Juiz responsável pela prática: Rinaldo Forti da Silva

A prática facilita o acesso da população que reside em comunidades e em locais de difícil acesso. Os Fóruns Digitais oferecem serviços judiciais à população de forma eletrônica e remota, em parceria com prefeituras, instituições do Poder Judiciário e públicas para assegurar direitos e cidadania a quem não pode se deslocar até a sede da comarca. A iniciativa também melhora o acesso aos serviços de arrematação, conciliação e até audiência e julgamento sem a necessidade de deslocamento a sedes de comarca, desonerando a população e as instituições públicas.

Vencedora do Prêmio Destaque — Tema Educação e Cultura: o futuro do país

Doe um Futuro — Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza

Cidade: Rio de Janeiro

A iniciativa ouve adolescentes em situação de vulnerabilidade para descobrir quais os cursos eles gostariam de fazer, pesquisa as instituições próximas ao abrigo onde o jovem está instalado e busca padrinhos que desejem contribuir com o pagamento do curso, financiando a formação do adolescente diretamente, sem entregar qualquer valor às Varas de Infância e Juventude. Os adolescentes que vivem em abrigos devem sair desses serviços de acolhimento quando completam 18 anos. A formação profissional tem como objetivo dar a eles uma chance de ter autonomia quando chegam à maioridade, sem precisar passar por abrigos para adultos ou vivência de rua.

Práticas finalistas

Para as categorias abaixo, o Prêmio Innovare escolhe duas finalistas que disputam o prêmio principal e a menção honrosa. O resultado será apresentado apenas na cerimônia de premiação.

Categoria Tribunal

Meu lar — Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG)

Cidade: Belo Horizonte (MG)

Presidente do Tribunal: Gilson Soares Lemes

Magistrado responsável: José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras

Promove a regularização dos contratos de financiamento de imóveis e emissão de escrituras para população atendida pelo programa habitacional do Governo do Estado. As equipes do TJ-MG trabalham em parceria com a Cohab Minas, Defensoria e Ministério públicos e faculdades locais. A ideia do trabalho nasceu quando, em março de 2017, o TJ-MG firmou convênio com a Cohab para resolver conflitos judicializados e não judicializados sobre as habitações populares. A maioria das questões envolviam contratos de gaveta ou por meio de procuração, irregularidades na posse e na propriedade dos imóveis, inadimplência das prestações de financiamento e falta de escrituras entre outros problemas. Até 2022 já foram realizados 26 mutirões em 14 municípios do estado, com destaque para um índice de acordos de mais de 95%.

Programa formando gerações — Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Cidade: Porto Alegre

Presidente do Tribunal: Desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira

Magistrado responsável: Desembargador José Carlos Teixeira Giorgis

A prática promove a aproximação do Judiciário com a comunidade, recebendo visitantes no Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, repassando informações sobre o funcionamento da Justiça, os Três Poderes, a estrutura e funcionamento do Judiciário, situações de cidadania, direitos e deveres e a presença do judiciário na vida cotidiana. Em seguida os visitantes assistem a uma peça teatral com temática de conflito e são estimulados a participarem de um júri simulado, vivendo os papéis de advogados de defesa, acusação, jurados, juiz e imprensa. Em funcionamento desde 2004, a prática tem sua agenda esgotada em cerca de um mês após a abertura das inscrições.

Categoria Juiz

Projeto simplificar 5.0

Cidade: Anápolis (GO)

Autoria: Juíza Aline Vieira Tomás

Sugere o aprimoramento do acesso à justiça por meio do Legal Design (Direito+Design) e da Inteligência Artificial e produção de resumos ilustrados e simplificados de sentença. As sentenças são "traduzidas" em recursos gráficos, que são enviados a todas as partes envolvidas, juntamente com a decisão judicial, utilizando-se um aplicativo de mensagens. A Inteligência Artificial auxilia com um algoritmo de aprendizado de máquina que atua classificando as sentenças, produzindo os resumos e enviando-os às partes. Entre abril de 2021 e o mesmo mês de 2022, houve redução dos índices de taxa de recorribilidade (-45,16%), de número de cumprimentos de sentença (-50,29%) e redução do tempo médio de duração dos processos de 233 dias para 171 dias.

Projeto Borboleta

Cidade: Porto Alegre

Autoria: Juíza Magéli Frantz Machado e Técnica Judiciária Ivete Machado Vargas

Promove atividades multidisciplinares nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Porto Alegre. O Projeto Borboleta é um guarda-chuva de ações e atividades desenvolvidas desde 2011 para enfrentar o problema, através da criação de um layout diferenciado nas unidades para o atendimento das partes envolvidas, com acolhimento humanizado inclusive para os ofensores. Os envolvidos e dependentes também podem participar de grupos reflexivos de gênero para reeducação de homens envolvidos em situações de violência doméstica contra a mulher, Grupo de Acolhimento, psicoterapia e arteterapia para mulheres e seus dependentes. A prática também oferece, através de convênio com o Senac-RS, capacitação para o trabalho e empoderamento das mulheres.

Categoria Ministério Público

Busca Ativa Escolar e Recuperação de Aprendizagens no Contexto da Pandemia da Covid-19

Cidade: Porto Alegre

Autoria: Promotores de Justiça Luciana Cano Casarotto, Rosângela Correa da Rosa Ana Cristina Ferrareze, Ana Luiza Domingues de Souza Leal, João Paulo Bittencourt Cardozo, Marcio Rogério de Oliveira Bressan, Luiza Trindade Losekan, Sérgio da Fonseca Diefenbach, Vanessa Saldanha de Vargas; assistentes sociais Silvia da Silva Tejedas, Silvana Doris Perin e Fabiana Aguiar de Oliveira

Promove a mobilização da sociedade gaúcha em geral e das redes interpólicas para realização da busca ativa escolar. Fomenta a estruturação de planos de recuperação de aprendizagens em cada rede do sistema de ensino e em cada uma de suas unidades, para a superação das lacunas deixadas pelo precário acesso à escola nos anos de 2020/2021, durante a

epidemia de Covid-19.

Ministério Público e Terreiros em diálogos construtivos

Cidade: Salvador

Autoria: Promotores Lívia Santana e Sant'Anna Vaz e Edvaldo Gomes Vivas

Iniciativa da 1ª Promotoria de Direitos Humanos da Capital/3º. Promotor de justiça (Promotoria de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa), o trabalho busca o fortalecimento das relações entre comunidades de matrizes africanas e órgãos públicos. O objetivo é contribuir para mitigar a intolerância religiosa e o preconceito contra esse segmento, levando os agentes públicos diretamente para dentro dos terreiros, para falar aos adeptos de seus direitos, oferecer os serviços disponíveis, ouvir suas perguntas e criar soluções. A Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa foi a primeira a ser criada no país, há 24 anos. Foi premiada em 2021 pelo Inovare com a prática [Aplicativo Mapa do Racismo e da Intolerância Religiosa](#).

Categoria Defensoria Pública

Câmara de Conciliação em Superendividamento

Cidade: Belém

Autoria: Defensores Públicos Cássio Bittar Vasconcelos e Mauro Pinho da Silva, economistas Fernanda Campos de Carvalho e Alexandre Vinicius Campos Damasceno e Assessora Jurídica da Defensoria Pública Isaura Rafaella Bemergui. A Câmara de Conciliação Especializada resolve conflitos que envolvem o superendividamento do cidadão, garantindo assistência jurídica, orientação financeira, social e psicológica e uma linha direta com os credores e instituições parceiras dispostas a auxiliar na retomada de seu equilíbrio financeiro. A Câmara conta ainda com a ferramenta Capital Solidário, que permite a portabilidade assistida de débitos e fomenta a educação financeira. É uma segunda etapa do Programa de Apoio ao Consumidor Superendividado (Pacs), lançado em 2018 e que já atendeu mais de 1,2 mil pessoas, cumprindo a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Superendividamento introduzida pela Lei no. 14.181/2021 do Código de Defesa do Consumidor. Atualmente 11 instituições mais demandadas sobre o assunto, no Pará, aderiram à iniciativa.

Programa Mãos que Reciclam

Cidade: Itabuna (BA)

Autoria: Defensoras Públicas Kalianny Gonzaga de Santana Ribeiro e Aline Brito Muller

O Programa Mãos que Reciclam um dos eixos de atuação externa do Núcleo de Gestão Ambiental (Nugam) da Defensoria. Desenvolve ações para garantir o acesso dos catadores à condição digna e salubre de trabalho, de forma que sejam reconhecidos pela comunidade, setor produtivo e pelo poder público como agentes ambientais. Para isso, promove ações, campanhas e parcerias de fomento à emancipação dos catadores, identificando o território de atuação, acompanhando as famílias e mobilizando socialmente, além de estimular a implantação de coleta seletiva e promoção de práticas sustentáveis. O programa foi replicado em toda a Bahia, até mesmo em comarcas onde não há sede da Defensoria.

Categoria Advocacia

Projeto Valentina: Paridade Já!

Cidade: Goiânia (GO)

Autoria: Procuradora Valentina Jungmann Cintra

Promove a igualdade de participação das advogadas e advogados nos Conselhos e diretorias do Sistema OAB, com adoção do percentual de 50% para candidaturas de cada gênero nos cargos titulares e suplentes. Antes da aprovação das alterações propostas pelo Projeto Valentina, o percentual mínimo de gênero previsto nas normas era de 30% nos Conselhos da Subseções, Seccionais, Conselho Federal e Caixas de Assistência. Em 90 anos da OAB, apenas dez advogadas foram eleitas. Com a aprovação do projeto, foram eleitas cinco presidentes nas seccionais da Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná e São Paulo.

Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados

Cidade: Boa Vista

Autoria: Advogados Denise Abreu Cavalcanti, Millena Bruna da Silva Lopes, João Paulo Gomes Monteiro Barbosa, Andreia Freitas Vallandro e Victoria Santos Lorenço e Silva

Promove acesso à justiça através de assessoria jurídica gratuita para os imigrantes e refugiados em situação de extrema vulnerabilidade, em Roraima, regularizando e garantindo direitos fundamentais e assegurando a dignidade. Desde novembro de 2019 a iniciativa já realizou mais de mil atendimentos e 700 audiências. Em novembro de 2021, 230 crianças separadas dos pais, desacompanhadas e sem documentos foram atendidas e tiveram seus documentos regularizados com o apoio da Univale, da Estácio e da Operação Acolhida.

***Categoria Justiça e Cidadania*****Mães e Filhos da Rua****Cidade: São Paulo**

Autoria: Psicólogos Andrea Cristina Guerra, Rodrigo Xavier Franco, Giselly Gomes Japiassú, enfermeira Silvana dos Santos, assistente sociais Patrícia da Silva Goulart e Daniele Fernandes Gradilone, médica Daniela da Silva Santos e técnica de enfermagem Ivaneth Antônia Reis da Silva

Através do Consultório de Rua Redenção, criado em 2018, atende pessoas em situação de rua no bairro da Luz e adjacências, na região central de São Paulo.

Acompanha crianças e adolescentes e trata pacientes com tuberculose, além de oferecer cuidados às gestantes em situação de vulnerabilidade, sofrimento mental e/ou dependência química, para que possam exercer a maternidade.

Maria Da Penha Virtual**Cidade: Rio de Janeiro**

Autoria: Assessores jurídicos Rafael Nunes Wanderley e Hassany Alaouieh Chaves; professora da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, Kone Cesário; arquiteto de software Matheus Carvalho Gomes Moreira e desenvolvedor de software João Vítor Oliveira Ferreira.

O aplicativo Maria da Penha Virtual permite a geração automática do pedido de medida protetiva de urgência e o envio direto para o Poder Judiciário, para garantir o efetivo acesso à justiça e a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar, de maneira ágil, acessível e desburocratizada. *Com informações do Instituto Innovare.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-out-20/premio-innovare-anuncia-dois-vencedores-finalistas-2022/>